

A ética pentecostal e o declínio católico

Marcelo Neri

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
mcneri@fgv.br*

O Brasil é ainda hoje a maior nação católica do mundo com cerca de 126 milhões de adeptos — 74% da população —, de acordo com o último Censo do IBGE. O segundo grupo isolado mais importante é o sem-religião com 7,4% de brasileiros. Mas esta posição é invertida se tratarmos de forma integrada as diversas ramificações evangélicas (16,2%), aí incluindo as protestantes tradicionais (4,09%) e as pentecostais (12,1%). As demais religiões ocupam juntas 3,34% da população.¹ Uma análise da evolução do conjunto de variáveis socioeconômicas dos últimos censos, aí incluindo casamentos, fertilidade, ocupação, renda, desigualdade, etc., revelam que poucas mudaram tanto quanto a composição religiosa da população brasileira.

O declínio do catolicismo é evidenciado pela queda de 6 pontos de porcentagem (p.p.) na taxa de adesão religiosa entre 1940 e 1980 e outros 14 pontos nos 20 anos seguintes. Neste último período é patente o avanço dos sem-religião (5 p.p.) e dos evangélicos (9 p.p.). Se fôssemos traçar um retrato atual, ou filmar a história recente das religiões brasileiras, os personagens principais seriam os católicos, os sem-religião e os evangélicos, com especial destaque às seitas pentecostais.

A comparação do perfil etário das religiões ao longo do tempo revela que a queda relativa do catolicismo e o crescimento dos grupos evangélicos e sem-religião afeta todas as faixas etárias a cada par de anos censitários consecutivos. Mais do que uma lenta transformação religiosa captada nas últimas cinco ou seis décadas, boa parte das mudanças ocorridas neste período se deu nas últimas duas décadas, como a maior distância entre as curvas mais recentes indicam.

A composição religiosa pode ser afetada de maneira decisiva pela idade do indivíduo. A participação dos sem-religião entre quem tinha entre 20 a 29 anos no último censo é de 9% contra 3,8% de quem tinha mais de 60 anos. Uma interpretação possível seria que à medida que caminhamos da idade adulta em direção ao final do ciclo de vida, a predisposição religiosa tenderia a aumentar pelo ganho de relevo de questões vitais, como para onde vamos e da onde viemos. Agora, tão interessante quanto comparar pessoas em idades diferentes num mesmo ano, ou pessoas com a mesma idade em anos diferentes, é acompanhar a trajetória religiosa de cada geração desde seus primórdios. Senão vejamos: a taxa dos sem-religião dos cinquentões de 2000 era então 5%, contra 1,99%, em 1980, quando a geração tinha entre 30 a 39 anos, e 0,37%, em 1950, época em que estavam na faixa entre zero e nove anos de idade. Ou seja, a taxa da não-religião

está em geral aumentando, e não diminuindo ao longo do ciclo de vida desta geração.

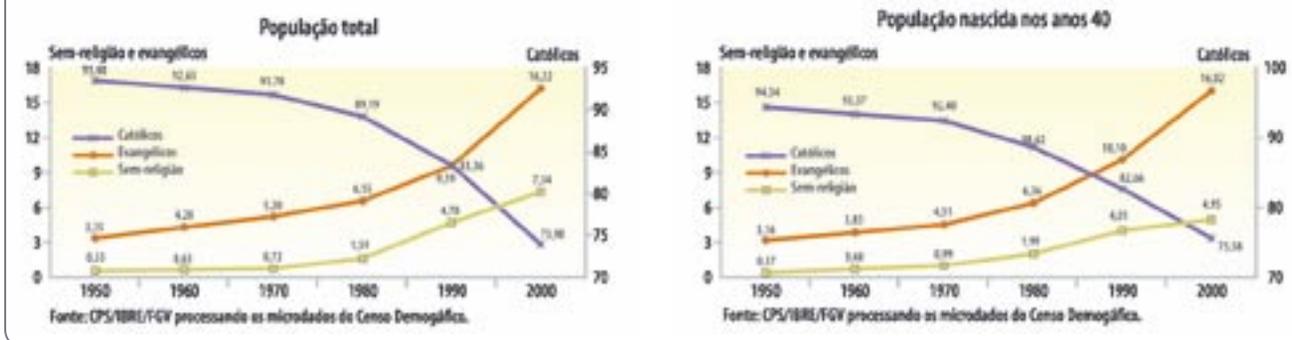
Replicando o exercício de gerações para a taxa de evangélicos daqueles nascidos nos anos 40, ela sobe de 3,16%, em 1950, para 6,6%, em 1980, e 16%, em 2000. Já o índice de católicos cai nesta geração de 94,3%, em 1950, para 88,6%, em 1980, chegando a 75,6%, em 2000. A análise comparativa entre as curvas religiosas médias da população e aquela da geração dos anos 40, revelam formatos similares, um pouco mais suavizados para as últimas. O que indicaria a preponderância de mudanças comportamentais em face às mudanças na composição demográfica da população.

De fato, quando isolamos os efeitos ano, geração e idade, uns dos outros a partir de modelagem econométrica aplicada sobre os quatro últimos censos percebemos que: a chance de um indivíduo ser católico cai 28% a cada década mesmo mantendo constantes a geração e a idade; a chance da geração nascida nos anos 90 ser católica é 31% menor daquela nascida na década anterior; e, finalmente, a chance de um indivíduo ser católico aos 50 anos é 5,5% menor que aos 40, mas ela aumenta deste ponto em diante sendo 1% maior aos 60. Em suma, com exceção do impacto da idade, cuja dinâmica de decrescimento se inverte nas fases finais da vida, mas cuja magnitude relativa é pequena frente aos efeitos ano e geração observados, o efeito do passar do tempo nessas diversas dimensões aponta para declínio católico no Brasil.

Embora, como já foi ressaltada, boa parte das mudanças tenha ocorrido depois de 1980, o movimento de redução do catolicismo está latente pelo menos desde os anos 40. Qual seria a causa fundamental do processo de “descatolização”?

Max Weber e seu *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, que recém-celebrou um século da sua primeira edição, constituem a referência seminal da leitura da ligação entre religião e economia. Weber procura explicar o maior desenvolvimento capitalista nos países de confissão protestante no século XIX e a maior proporção de protestantes entre empresários e a mão-de-obra mais qualificada. A tese de Weber era que o estilo de vida católico jogava para outra vida a conquista da felicidade. A culpa católica inibiria a acumulação de capital e a lógica da divisão do trabalho, motores fundamentais do desenvolvimento capitalista. A predisposição ao trabalho mundano e ao estudo também não seriam vantagens comparativas da ética católica. “Recorrendo a um ditado da época: entre bem comer ou bem dormir, há que escolher”, segundo Weber, “o protestante quer comer bem enquanto o católico quer dormir sossegado”. Weber ressalta

Evolução das crenças no Brasil – 1950-2000 (%)



a importância da reforma protestante no desenvolvimento capitalista, não como um esquema causal mas um sistema de adoção de afinidades eletivas entre as inovações nas estruturas religiosas e econômicas.

Será a tese weberiana aderente ao contexto brasileiro? Em primeiro lugar, a parcela de empregadores está sub-representada nas religiões emergentes: 5,9% dos sem-religião e 11,3% dos evangélicos contra 7,4% e 16,2% da participação destas religiões na população. Em segundo lugar, tomemos o exemplo citado por ele de maior adesão em Baden-Baden (Alemanha) durante 1895 ao ensino superior pelas novas crenças protestantes de então. No caso brasileiro contemporâneo, as crenças emergentes possuem uma menor presença na população com, pelo menos, nível superior incompleto (população total): 6,5% nos sem-religião e 10,3% nos evangélicos. Cabe lembrar o papel da educação como o principal determinante observável dos diferenciais de renda dos brasileiros. Finalmente, comparamos o rendimento de pessoas de diferentes religiões, mas iguais atributos socioeconômicos.² Este exercício revela que a renda familiar *per capita* de evangélicos e sem-religião são 6,9% e 6%, respectivamente, inferiores aos dos católicos. Similarmente os diferenciais da renda do trabalho principal são 2,6% e 1% menores, também contradizendo a mera transposição da hipótese weberiana ao contexto brasileiro atual.

A ética pentecostal seria uma variante da tese weberiana supracitada. A ideia é que enquanto o protestantismo tradicional liberou o cidadão comum da culpa de acumulação de capital privado, as novas seitas pentecostais liberaram a acumulação privada de capital através da igreja. A maior ligação entre o espírito empresarial e a organização religiosa propiciou a adoção de novas práticas, como estratégias de comunicação através da compra de emissoras de televisão e rádio, a adesão de sistemas de franquias, uma maior ligação entre a política e a igreja entre outras. O interessante seria testar quão difundido seria essa mentalidade materialista no praticante mediano, ou até que ponto a mesma estaria restrita nas elites clericais evangélicas. Seria a percepção da possibilidade de crescimento profissional e material através das práticas religiosas extensíveis a base das estruturas pentecostais?

O protestantismo, hoje tradicional, vicejou em lugares que se tornariam o centro dinâmico do capitalismo de então. As

novas crenças emergentes no Brasil estariam prosperando numa fase de desencanto quanto à possibilidade individual de ascensão social e profissional. Complementarmente, as novas igrejas pentecostais estariam numa época de escasso crescimento econômico, ocupando o lugar do Estado na cobrança de impostos (dízimo e outras contribuições) e na oferta de serviços e redes de proteção social. Discutir política social sem levar em conta a atuação de entidades religiosas é deixar de fora um elemento fundamental. O crescimento de informalidade que marcou a sociedade brasileira durante as chamadas décadas perdidas encontraria eco nas novas estruturas criadas pelos movimentos pentecostais. O caráter embrionário de algumas dessas religiões ofereceria os graus de liberdade necessários para a adaptação da doutrina a novos aspectos da realidade que se apresenta.

Outra variante das afinidades eletivas entre religião e inserção profissional no lado positivo seria a questão de gênero que desempenha papel central na mudança de religiosidade recém-observada. As mulheres são hoje mais religiosas que os homens — apenas 5,7% delas não possuem crença, contra 9% dos homens. Em 1970, essas taxas eram 0,56% e 0,96%, respectivamente. Ou seja, as mulheres tiveram um crescimento absoluto menor, mas apesar disto elas são hoje menos católicas que os homens. Num grupo de cinquenta religiões consideradas, a predominância feminina se dá em 44 delas — exceções para o islamismo, o judaísmo, o hinduísmo e os três principais segmentos da religião católica. Uma interpretação para as mudanças religiosas entre as mulheres é que as alterações no estilo de vida feminino ocorridas nos últimos 30 anos no Brasil não encontraram eco na doutrina católica, menos afeita a mudanças. Questões centrais para as mulheres como contra-concepção, aborto e independência profissional são ainda tabus para a Igreja Católica. ▀

¹Nas confissões protestantes tradicionais temos: Batista (1,86%), Adventista (0,71%), Luterana (0,63%), Presbiteriana (0,58%), Metodista (0,2%) entre outras. Nas pentecostais temos: Assembléia de Deus (4,96%), a Universal do Reino de Deus (1,24%), Congressional (1,47%), Evangelho Quadrangular (0,78%), Testemunhas de Jeová (0,65%) entre outras. Nas demais religiões temos: Espíritas (1,35%), Afro-brasileiras (0,31%), Judaica (0,05%), Islâmica (0,02%) e Budista (0,13%).

²Ai incluímos sexo, cor, unidade da federação, seis tamanhos de cidade e polinômios para idade e educação.